

AS DUAS COMUNIDADES BENEDITINAS DE VIANA DO CASTELO: DUAS INTERPRETAÇÕES ARTÍSTICAS*

ISABEL MARIA RIBEIRO TAVARES DE PINHO**

Resumo: *Viana do Castelo, póvoa marítima no extremo norte de Portugal, isolada, a sul e a leste, por acidentes hidrográficos e orográficos, estabeleceu, naturalmente, uma íntima ligação com a sua vizinha Galiza. Esta proximidade física e topográfica teceu uma intensa dinâmica transfronteiriça, conveniente para Portugal, devido à perigosa exposição que Viana enfrentava face à pirataria. No entanto, foi sempre atentamente vigiada através de especificidades foralengas.*

No século XVI, Portugal vive um excepcional período comercial. Viana, cidade portuária, longe dos poderes centrais, cresce de forma exponencial. Uma burguesia emergente e endinheirada estava ávida dos privilégios e prerrogativas detidos pelas velhas famílias locais, mantendo com elas rivalidades latentes. No momento em que o país encetou a reforma das casas religiosas, extinguindo umas e erguendo outras, para reunir comunidades dispersas, Viana recebe duas levantadas de raiz. Ambas femininas, da mesma observância e ambas de patrocínio privado.

Palavras-chave: *localização fronteiriça; dinâmica social fracturante; rivalidades económicas; dois mosteiros da mesma observância; dois critérios distintos.*

Abstract: *Viana do Castelo, a maritime town in the far north of Portugal, isolated, to the south and east, by hydrographic and geographic accidents, established, naturally, an intimate connection with neighbour Galiza. This physical and topographical proximity wove an intense transborder dynamic, convenient to Portugal, due to the dangerous pirate exposure that Viana suffered from. However, always closely guarded through charter specificities.*

In the XVI century, Portugal is living an exceptional commercial time. Viana, a port city far from the central power, grows in an exponential fashion. An emergent and wealthy bourgeoisie, thirsty for privileges and prerogatives held by local traditional families, with whom they have a tangible rivalry. At the moment the country began its religious houses reform, extinguishing some and reedifying others in order to assemble scattered communities, Viana gets two raised from scratch. Both feminine, of the same religious rule and both from private sponsorship.

Keywords: *borderline location; fracturing social dynamic; economic rivalry; two monasteries under the same religious rule; two distinct criteria.*

1. A GÉNESE DA CIDADE

Viana do Castelo teve origem em três núcleos populacionais individualmente vocacionados. O resultado é ainda visível na malha urbana actual envolto numa imaginária muralha. Também o seu primitivo nome, São Salvador, fundiu-se na denominação

* Artigo escrito segundo a ortografia prévia ao Acordo Ortográfico de 1990.

** Email: pinhofirst@gmail.com.

hodierna. Inicialmente uma póvoa marítima, desenvolveu a economia a partir dos negócios do mar, trazendo e levando mercadorias. A par do oceano partilhou com a Galiza o destino do vaivém das gentes, cruzando ideias e o sangue. A proximidade do mar conferiu-lhe a estrutura urbana adaptada às incursões navais, um esquema quase ortogonal, copiado do modelo francês das *bastides*, em que as artérias principais, paralelas ao rio, eram cortadas por outras, secundárias, em menor número e estreitas, no sentido perpendicular. Em concordância, o porto, de águas profundas, escondia perigos só conhecidos de alguns.

2. DISPOSIÇÕES NATURAIS E SOCIAIS

A posição geográfica de Viana disponibilizou-lhe vantagens, mas muitos inconvenientes, sobretudo ao nível das jurisdições civil e eclesiástica. O rio Minho, fronteira natural e administrativa, não impede, no entanto, a continuação geológica e as consequentes afinidades culturais com a Galiza. A outra via fluvial, o Lima, dificultou-lhe a comunicação terrestre para sul, isolando-a. Ficou ditado o seu destino mercantil, sempre ao sabor dos tempos e das oportunidades marítimas. D. Afonso III, político nato, com excelente visão militar, após a consolidação da fronteira no sul do país, ocupou-se em resolver a do norte, duplamente perigosa, entre o mar e a terra. Estrategicamente outorgou, em 1265, a esta comunidade tão exposta, um foral específico¹. Um dos pontos fundamentais assentava numa espécie de autonomia, permitindo um crescimento rápido e uma particular divisão social. Deste modo, aceitavam-se, com as bênçãos régias, todos os que ali se propusessem assentar arrais, vindos por bem e em benefício do reino. Os laços com a vizinha Galiza foram o estrato da composição demográfica estabelecida nos séculos XIV e XV originando as mais antigas famílias nobilitadas de Viana. A raiz desta nobilitação alicerçada na actividade comercial obliterou-se totalmente em algumas gerações, gerando uma guerra surda, mas audível, contra outras vagas de forasteiros a reivindicar o mesmo tipo de tratamento. A afinidade geográfica e sanguínea foi, de resto, palco de reviravoltas políticas de apoio e oposição durante os vários conflitos entre as monarquias ibéricas. Razões mais que suficientes para os monarcas de Portugal nunca perderem de vista os acontecimentos locais, procurando segurar com rédea curta as aspirações autonómicas, derivadas da prosperidade financeira, actuando com legislação apensa às sucessivas reformas foralengas. As reacções foram por vezes violentas, prontamente sanadas, com uma benevolência régia a mascarar a firmeza das decisões.

¹ MOREIRA, 2005: 16; PINHO, 2010: I, 11.

3. A URBE RENASCENTISTA

O século das descobertas foi o cenário para a explosão económica e para a total renovação e revolução urbana. A cidade transbordou além da cintura medieval, conquistando novas áreas para aglomerados e bairros populacionais, primeiro nas vizinhanças das primitivas portas da muralha e, depois, disseminando-se à medida que o espaço se disponibilizava. O Renascimento em Viana entrou pela via da funcionalidade e muito pouco pela estética. O Humanismo deixou poucas marcas puras em Portugal e em Viana apenas vestígios, entrando de seguida numa sequência de ensaios que, num curto espaço de tempo, deram à fisionomia vianense uma combinação heterogénea de soluções. As alterações mais visíveis observaram-se ao nível dos equipamentos urbanos; as vias de comunicação tornaram-se amplas, as existentes foram rectificadas, o conceito da água espalhou-se no abastecimento em fontes e chafarizes, numa antecipação do barroco, os princípios da higienização tornados presentes remeteram profissões e hábitos insalubres para as zonas limítrofes.

4. A MISCIGENAÇÃO NA ECONOMIA

Bem no centro das economias fortes o povo judeu, símbolo de sucesso financeiro e alvo de ódios e desconfianças, viveu fechado sobre si mesmo. As Ordenações Afonsinas haviam decretado vigilância aos judeus por parte das autoridades, exigindo o recolher obrigatório ao sol-pôr. Em Viana, a judiaria ficava no caminho para a matriz e era àquela hora do dia, quando os cristãos se preparavam para irem rezar as Avé Maria (três vezes para se protegerem do mau olhado lançado pelos marranos), que se trocavam insultos em ambos os sentidos. No entanto, a habilidade comercial do povo da diáspora provocava sentimentos ambivalentes de inveja e de tolerância. Por isso, eram também, muitas vezes, requeridos, sem pejo, para as necessidades fundiárias de comerciantes, nobres ou reis. Esta relação de amor e ódio caracterizou sempre a vivência entre ambos os povos. Não será, por isso, de estranhar que, antes do final do século XV, os homens de Viana tenham escolhido um ourives daquela nação para o cargo de vedor do ouro².

O tecido social construiu-se no cruzamento de sangue das primeiras famílias migrantes, vindas sobretudo da Galiza, estabelecendo particularidades culturais, especialmente religiosas, como as invocações a Santiago e a São Telmo que, juntamente com Santa Ana, se tornaram os protectores da cidade e das gentes. Os Rochas misturaram-se com a antiquíssima gesta lusitana dos Velhos e raros seriam os vianenses em que não corresse o sangue de ambas as jerarquias, sucessivamente combinadas³. As linhagens e as primeiras nobilitações resultaram tanto das campanhas guerreiras

² MOREIRA, 2005: 37; PINHO, 2010: I, 19.

³ MACHADO, 1972: 44; PINHO, 2010: I, 49.

nacionais como da mercancia e contabilizaram-se em propriedades de raiz, prestígio e privilégios. Em finais de 400 das onze famílias conhecidas, cinco estavam já inscritas no *Livro Velho das Linhagens*, com direito a cota de armas e aparentadas com os reis de Portugal. As oportunidades entretanto criadas pelo comércio marítimo e nas fainas do mar abriram lugar ao enriquecimento rápido, atraindo gentes de todos os lugares. Os apelidos pouco usuais no reino atestam a diversidade dos povos presentes nesta génese invulgar. A sociedade vianense tornou-se essencialmente do tipo burguês, brandindo títulos provenientes, na maioria das vezes, do trabalho e menos do sangue. Outra característica desta mistura é a indiferença pela origem da liderança do grupo, legítimo ou bastardo, desde que fosse varão. Fundamentalmente era necessário que o património se não dispersasse. Exemplo disto as estirpes dos Abreus e dos Limas, ambas de proveniência diagonal que, na sua combinação, deram origem ao primeiro visconde de Vila Nova de Cerveira, personagem ilustre, cuja descendência se liga à história de Viana e do próprio reino⁴, ainda que nem sempre pelas melhores razões. Daquelas personalidades nobilitadas saíram igualmente os funcionários régios que, desempenhando cargos institucionais, faziam a ligação com o poder central. Quase sempre eleitos localmente, os poucos de nomeação régia sofreram da animosidade dos seus pares.

5. O MECENATO: ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS

A vida no mar e a conseqüente orfandade levaram ao aparecimento de uma das mais fortes estruturas assistenciais em Viana, defrontando-se de igual para igual com a Misericórdia. A Confraria do Nome de Jesus dos Mareantes amparava as vítimas desprotegidas e em paralelo com a Misericórdia desenvolveu uma ampla acção de mecenato artístico, muito vantajosa para a cidade. Nobilitada, ou não, a burguesia vianense dividida nos mais variados ofícios ligados ao mar, irmanava-se nas confrarias que, com a pressão exercida pela Misericórdia, se foram transformando em meras associações religiosas sediadas em altares de igrejas ou de mosteiros. A Confraria de Jesus dos Mareantes, criada em 1504, tinha sede numa capela da matriz. Começou por ser exclusiva dos «navegantes de alto bordo», abrindo-se em meados de 500 a todos os estratos populacionais⁵, para garantir peso suficiente e não ser engolida pela novíssima concepção de auxílio social patrocinada por D. Leonor.

Ambas de protecção régia (não era incomum os monarcas concederem protecção simultânea a instituições «públicas e privadas» como forma de equilibrar forças) e com grossos cabedais atraíram artífices nacionais e internacionais com destaque para os galegos, alguns já com grande nomeada. Mas enquanto a Misericórdia, criada no

⁴ MACHADO, 1971: 37, PINHO, 2010: I, 50.

⁵ MOREIRA, 1994: 99; PINHO, 2010: I, 25.

início de 500, cedo se instalou em edifício próprio e com imponente igreja, adornada com o que de melhor se fazia, a Confraria sediou-se sempre na matriz, canalizando os gordos proventos para a sua capela edificada no transepto do lado norte. Apesar do exíguo templo as obras sucederam-se, abrangendo inclusivamente todo o conjunto arquitectónico da própria matriz, na tentativa constante de suplantar a Misericórdia. O edifício que esta levantou em meados do século XVI constitui um dos *ex libris* da cidade e é uma notável cenografia pétrea e uma curiosidade a nível nacional. O esquema decorativo da fachada lembra a moda flamenga e o encomendador, Jácome de Luna, Provedor da Misericórdia, que em nome dela presidiu ao contrato, poderá ter sido flamengo, francês ou galego, num tempo de intensa actividade comercial com estas paragens. Do mesmo modo a estrutura urbana de Viana exemplificava esse comprometimento norte-europeu no tipo de defesa. Desconhece-se o autor do risco do edifício da Misericórdia, apenas se sabe ter sido Fernão Dias o encarregado da obra e pedreiro que trabalhou em Vila do Conde⁶. O resultado bizarro da mistura das varandas sobrepostas em lógia de tipo italiano, com a decoração gorda de cariz nórdico produz um maneirismo fantasista ainda pré-tridentino. O impacto é curioso numa comunidade onde o gótico/manuelino é recorrente e revivalista e as medidas conciliares contiveram a imaginação nas fachadas monásticas. Aponta-se Mateus Lopes como seu executor, um notável artífice da família dos Lopes, galegos/portugueses, cujas ramificações deram dos melhores artistas da pedra que houve em Portugal. Profundos conhecedores da gramática maneirista, multiplicaram em ambos os lados da fronteira do Minho excelentes exemplos da sua mestria⁷. Também a imprensa contribuía na disseminação de textos e gravuras para a produção imaginativa, e a tratadística deixara de ser uma ciência hermética, abrindo-se aos gostos e capacidades financeiras de todos, segundo a mão de exímios interpretadores. Durante o intenso comércio flamengo, as gravuras de Dürer desempenharam também grande influência.

6. A MARCA DO PODER CIVIL

Já se falou que o advento do Renascimento operou grandes modificações na forma e na vida das gentes, ao nível particular e público. Sobretudo o alargamento das artérias e do espaço urbano permitiram a criação de novos equipamentos urbanos.

Neste contexto nasceu um outro ponto de interesse arquitectónico da cidade; o edifício dos Paços do Concelho. Durante largos anos as decisões concelhias foram tomadas em reunião, na praça onde hoje se encontra a matriz. Apesar de pertencer a uma época de nova concepção mental, a referida construção administrativa

⁶ CALDAS, GOMES, 1990: 52; PINHO, 2010: I, 33.

⁷ REIS, 1989: 3; PINHO, 2010: I, 32.

enquadra-se no tradicionalismo local. De recorte gótico tem dois pisos coroados com ameias. Este apontamento remete mais para o princípio do poder instituído e centralista do que para questões de defesa. Em meados da dinastia afonsina estalara, por parte dos reis, uma violenta guerra relativamente à colocação de ameias em edifícios civis e privados. Este assunto passou a ser regulamentado com D. Dinis e, agora, era provavelmente um assunto pacífico reconhecido como prerrogativa régia.

As arcadas do rés-do-chão acolhiam a venda do pão e da farinha e no andar sobradado faziam-se as sessões camarárias e outras diligências administrativas como os aferimentos de medidas, tratamento de documentos municipais, registos de funções, etc. Um dos cargos mais curiosos neste tempo de polifonia linguística era um corpo de tradutores que a Câmara nomeava periodicamente. Actualmente o edifício, recuperado, é um equipamento cultural e tornou-se com o da Misericórdia, que lhe está muito próximo, o cartão de visita de Viana. No século das Descobertas, Viana percorreu em termos artísticos um caminho directamente proporcional ao crescendo da sua capacidade económica, no sentido da demonstração do poder e menos na capacidade imaginativa, fazendo sistematicamente a apologia da origem daquele poder. Assim o Manuelino dominou os séculos seguintes, construído de raiz, ou ornamentando o já existente, aplicando a simbologia da nobreza em brasões que sobrepujaram arcos de entrada em casas e acessos de propriedades.

7. A AFIRMAÇÃO RELIGIOSA

Foi neste contexto que se lançaram os dois mosteiros beneditinos femininos, tema deste trabalho. O primeiro, Santa Ana, foi fruto de mais uma necessidade renascentista. A mortalidade infantil era muito elevada, não contribuindo em nada para o aumento demográfico. Por outro lado, a esperança de vida era baixa, com muitas mulheres jovens a morrerem no parto, levando a sucessivos casamentos que não garantiam a sucessão masculina. A alternativa era a bastardia e a descendência diagonal que acediam facilmente ao lugar de herdeiros do nome e da fortuna, desde que fossem homens. No entanto, haveria que contar com um excedente feminino a necessitar de dote conveniente para contrair consórcio adequado. A disponibilidade financeira das famílias obrigava, muitas das vezes, a sacrificar umas em favor de outras. Restava, pois, à maioria o celibato, umas vezes vocacional, outras nem por isso. Para que a honra do nome não fosse afectada «inventaram-se» os mosteiros que com o tempo e os «perigos mundanos» se tornaram de clausura absoluta. O Concílio de Trento ditou as mais duras regras para enclausurar as mulheres e raparigas, já de si afastadas do século quase sempre compulsivamente. A fraca memória dos homens olvida que o proibido é o mais apetecido ou a simples ironia do destino originou as histórias mais rocambolescas, algumas muito empoladas, que os registos das visitas periódicas feitas por «piedosos» padres visitantes deixaram no ar. Aqui em Viana, os Abreu/

Lima desempenharam os papéis principais em algumas, mas também pelo país fora, onde houvesse um mosteiro feminino.

Com o universo feminino em expansão, Santa Ana veio colmatar, pelo menos temporariamente, o que o Recolhimento de São Tiago já não tinha capacidade. D. Manuel que chegou ao poder por um acaso do destino, que talvez tenha tido a habilidade de seduzir, vinha imbuído de princípios cautelosos que se traduziram numa centralização determinada. Desde logo a reforma dos forais para expurgar as demasiadas liberdades dadas aos concelhos, acumuladas ao longo dos reinados anteriores, a pretexto dos muitos lapsos que aquelas cartas enfermavam. Desde D. João I que os monarcas tentaram colocar, sobretudo no Alto Minho, representantes do poder central como forma de controlar o poder local. Agora D. Manuel reformava o reino, nomeando homens seus já com formação própria para superintender nos assuntos que à Coroa pertencessem ou viessem a pertencer. Em Viana o personagem emergente desta «Estória» foi António Correia. Tenha sido juiz de fora⁸, corregedor ou outro funcionário de outro cargo régio (não está muito esclarecido) certo é que veio invadir os poderes concelhios e pago pelo erário público. Homem de posses prontificou-se a custear uma solução condigna para as meninas ou senhoras que desejassem recolher-se, votando-se a Deus. Tinha início o mosteiro que começou humilde em instalações, mas que com o patrocínio régio ergueu uma magnífica capela, hoje desaparecida e mesmo desconhecida. Para termos uma ideia, podemos socorrer-nos de algo coevo e pelas descrições bastante idêntico: a cabeceira da igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal, dominicano feminino. O cotejo proporciona uma visão da obra de Pero Galego, em Viana. O corpo da igreja sadina talvez tivesse algo a ver com o coro único de Viana.

Fica de fora a questão das preferências estilísticas por parte desta ou daquela Ordem. Viviam-se uma filosofia centralista de apologia de um certo poder identificado com uma marca. Esta foi aposta a um gótico de decoração fantasista, tornando-o próprio e individual. Pensamos que aquele mosteiro setubalense pode ter servido de referencial para o de Viana. Ligeiramente anterior, finais de 1400, desenhado por Boitaca, a pedido de Justa Rodrigues, ama daquele que viria a ser o rei dos Descobrimientos. Pero Galego, autor de Santa Ana (1510), para além de contemporâneo daquele francês, mestre das obras de D. Manuel, era profundamente conhecedor da ciência do gótico final e ensaiava já uma nova metodologia, o plateresco. Quase em simultâneo João Lopes (seu genro) e Diogo de Castilho (genro deste último) construíam, no Porto, dentro do mesmo padrão, o Mosteiro de São Bento de Avé Maria (beneditino), de patrocínio régio⁹. No entanto, para além da raiz gótica pouco mais

⁸ TOMÁS, 1651: fl. 389; PINHO, 2010: I, 53.

⁹ REIS, 1989: 3; PINHO, 2010: I, 76.

os irmanou. Poderia ter sido Castilho a aproximá-los segundo os notáveis acrescentos manuelinos projectados para Avé Maria, mas que não saíram do papel. Erguido de raiz, no coração mercantil da Invicta, tinha como finalidade albergar as comunidades femininas das zonas limítrofes da cidade, extinguindo os velhos cenóbios semidesabitados ou em «perigo moral». Relativamente à capela, a diversidade é absoluta; completamente despojada de ornamentação, coberta de madeira, mas já com dois coros sobrepostos, novidade neste dealbar do século XVI, abrigou ainda um luxo, um par de órgãos, um deles mudo. Também coevo e por onde andou o mesmo Castilho foi o Mosteiro feminino de Monchique (franciscano). Este verdadeiramente aparentado esteticamente com o de Setúbal. Todas estas edificações estiveram muito próximas no tempo, nuns escassos anos e em estilos idênticos. O interessante é verificar que dos três nomeados (Setúbal e os dois do Porto) só Avé Maria (Porto) foi de patrocínio régio, o mais humilde, enquanto os outros dois ricos na traça gótica foram de iniciativa nobre tal como o de Santa Ana de Viana. Especialmente temos no Porto e Setúbal plantas longitudinais, e, em Viana, pelo que ficou registado em memórias, espaço centralizado. Com excepção de Avé Maria todos eram poligonais e artesoados.

Com indiscutível marca manuelina, passariam depois para as mãos régias e todos, mais tarde, seguiram os seus caminhos de forma mais ou menos independente, sob a asa e orientação episcopal. Do que se infere que protecção régia nem sempre era sinónimo de grandeza ou opulência. Custear era uma coisa, o Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, outra custodiar o que outros pagaram no sentido de granjear prestígio, lisonjeando o monarca, os outros três.

As beneditinas por serem um ramo feminino da Ordem de São Bento e não uma segunda Ordem ficaram desde sempre na dependência dos bispos, enquanto as dominicanas e franciscanas eram orientadas pelos congéneres masculinos. Quando D. Manuel iniciou a reforma das ordens religiosas, procurou eliminar esta promiscuidade, colocando todo o universo feminino monástico na dependência dos bispos. Isto não foi pacífico.

8. MOSTEIRO DE SANTA ANA

Quando o Mosteiro de Santa Ana de Viana se fundou, avançava a reforma das clarissas em Vila do Conde. A intromissão régia na vida quotidiana do mosteiro vila-condense foi muito mal recebida e a comunidade cindiu-se. Muitas das monjas afastaram-se dos motins e recolheram-se em casa de familiares, sobretudo as que professavam os princípios rígidos de Santa Clara. Dentre elas a escolhida para abadessa de Viana. A candidata, Margarida, descendia de uma das melhores famílias do Norte, os Sousa, e o seu perfil irrepreensível seria conhecido do próprio fundador de Santa Ana (António Correia) que era também o representante do rei no mosteiro de Vila do Conde. Por linhas mais ou menos travessas ligava-se ela (Margarida) à nobilíssima família

do visconde de Vila Nova de Cerveira (os Abreu/Lima). A prosápia familiar era de tal envergadura que as filhas do fundador foram sempre preteridas para abadessas, enquanto existiram Sosas, que eram três¹⁰.

Pelas descrições que chegaram até nós as acomodações daquele insipiente mosteiro limiano eram básicas ou mesmo abaixo disso, tanto em espaço como em construção, mas a capela era de uma riqueza estampada na de Setúbal. O desenho espacial do interior da de Viana tinha tudo de dominicano, com o altar numa posição alteada e central. Num primeiro momento D. Manuel recusou a escolha da abadessa, desconfiado com a rebeldia de Vila do Conde, reconsiderando, depois, mas colocando a custódia nas mãos do bispo de Braga. Dos passos de São Francisco transferiu-se depois para a protecção de São Bento, quando, pelos anos 30 do século XVI, já D. Manuel entregara há muito a alma ao criador, foram anexadas a Santa Ana mais algumas rendas de mosteiros beneditinos extintos. Nesta altura a Câmara não tinha já capacidade de custear o empreendimento, que tinha crescido em número de professoras, ameaçando alongar-se para além das 50 recolhidas inicialmente previstas¹¹. Esta foi uma das principais razões invocadas para obstar o ingresso de novas candidatas. A realidade era outra, o crivo foi posto a quem não tivesse pergaminhos de família demonstrados e reconhecidos¹². O orago manteve-se sob o manto da protectora de Viana, Santa Ana.

Libertas do rigorismo que a reforma clarissa lhes imporia, iniciaram como que uma realeza com sucessão escolhida e restrita. Vigorava ainda o princípio das abadessas vitalícias. Fora dos muros, a população feminina crescia e as portas de Santa Ana fechavam-se a quem não apresentasse as condições requeridas.

Mesmo na ausência de bens de raiz e linhagem a condizer, o dinheiro corria em Viana proveniente do enriquecimento rápido. A rivalidade entre grupos gerou um ruído de fundo cada vez mais audível relativamente às precedências e direitos. Este mal-estar espalhou-se por todas as instituições sociais, sendo mais visível na Misericórdia e na Real Confraria dos Mareantes, concorrentes entre si e onde os cargos mais altos eram detidos pelos mesmos influentes que, em muitos casos, faziam parte de ambas, usando o Mosteiro de Santa Ana como uma extensão desta atitude.

9. MOSTEIRO DE SÃO BENTO

Feridos no seu orgulho e humilhados pela rejeição, as gerações menos bafejadas nos privilégios ou recentemente nobilitadas, mas mesmo assim com grossos cabedais, segundas e terceiras representantes das famílias fundacionais, lançaram-se no desafio de uma outra fundação monástica. Igualmente em solo urbano (condição imposta por

¹⁰ AMVC. *Luis Figueiredo da Guerra*, acórdãos, fl. 2; PINHO, 2010: I, 59.

¹¹ PINHO, 2010: I, :65.

¹² VILLAS BOAS, 1724: fl. 136v.; PINHO, 2010: I, 67.

D. Manuel para as casas femininas) começaram a levantar um mosteiro da mesma confissão. A proibição, de erguer mais instituições religiosas, decretada por D. Manuel I, foi contornada pelo facto de D. João III comungar outras ideias e projectar para Portugal uma visibilidade religiosa que o aproximasse de Roma. O Concílio de Trento estava em marcha e pairavam no horizonte mental e devocional os irmãos do rei, sobretudo D. Henrique (cardeal, futuro rei de Portugal)¹³. Culturalmente, a viragem dava-se para o Humanismo e a expressão artística caminhava no sentido do clássico. Em Viana esta visão estética não pegou, existindo poucos apontamentos, alguns dos quais ensaiados em Santa Ana, mas, entretanto, desaparecidos com o Barroco.

Foi já numa antecipaçaõ tridentina e na linha dos novos conceitos borrominianos que se lançaram as fundações de São Bento. No lugar da planta centralizada apresentou uma cabeceira funda alteada e um corpo sensivelmente dividido ao meio entre a nave sem transepto e dois coros sobrepostos. O estilo decorativo ficou-se por um maneirismo simplificado de que restam as vergas lisas das aberturas e o portal, único elemento identificativo do período (embora com acrescentos posteriores). Em Viana, a mistura de soluções artísticas derivada da diversidade conceptual é subtil, porque o reinado indiscutível foi sempre do manuelino. Os poucos avanços foram tímidos como se de ensaios se tratasse, regressando sempre ao já testado. O maneirismo pré e tridentino deixou marcas incontornáveis (Misericórdia e São Domingos) mas o apelo à era de ouro foi sempre irresistível, apesar do barroco esfuziante que deixou no Alto Minho uma marca indelével.

É precisamente no barroco que os dois mosteiros singrarão em paralelo, naquilo que foi o comum nas casas monásticas femininas e masculinas; conseguir meios financeiros para engrandecimento do Senhor e dos senhores.

Até meados do século XVIII, Santa Ana prosperou, permitindo-se ampliar áreas, construindo mais e melhor, enriquecer os espaços com o trabalho dos melhores artistas que conseguiu. A jóia gótica desapareceu engolida literalmente numa caixa de pedra, emparedada na capela-mor (ainda se encontraram vestígios aquando da demolição, do lado norte). Surgiu então uma construção anónima de estilo, igual a todas as outras barrocas de congregações femininas; uma nave rectangular também sem transepto, onde as religiosas se entretiveram a pôr e retirar revestimentos, altares e outras decorações conforme as posses das abadessas em exercício. No geral, os princípios que orientaram, então, os dois mosteiros foram os mesmos, mas o caminho para lá chegar não podia ser mais diferente. Santa Ana é ampla, elegante e de bom gosto, sente-se a qualidade e a preocupação pelo melhor. É quase profana se nos alhearmos do lugar. Contrastando, São Bento é escuro, acanhado, pressente-se o esforço de apresentar o apresentável e os elementos de destaque acusam os

¹³ PINHO, 2010: I, 67.

limites daquele esforço. Não temos os coros, mas a descrição que nos chegou segue a mesma lógica.

A pequena igreja do Mosteiro de São Bento nasceu rústica e ficou ainda mais humilde com a amputação dos coros em prol de um melhoramento público, num tempo de insanidade contra tudo o que cheirasse a religião. Hoje aquele espaço devocional é uma praça incaracterística. Tal omissão privou-nos de uma obra importante em espaço e qualidade; o gradeamento que separava os coros da nave, de que não temos qualquer ideia, mas que sabemos ter sido pintada por André de Padilha¹⁴, já em final de carreira (finais do século XVI). Outra peça notável e sem rasto conhecido, provavelmente destruída no período barroco, foi o primeiro retábulo colocado na parede leste, da autoria de Baltazar Moreira¹⁵. Pela descrição do contrato, o risco deveria ser maneirista a combinar com o pensamento que presidiu à filosofia de toda a obra. O portal norte, lateral, próprio de uma instituição feminina, ostenta ainda a gramática pré-barroca. A empena poente é a mesma, reposta como tampão. Além dos coros foi removido também o conjunto arquitectónico que incluía uma escada adossada, de acesso a um balcão, onde estavam as grades novas. Estes elementos só tinham leitura por estarem no terreiro de dentro. Ficou o enorme janelão maneirista com a grade pétrea manuelina que iluminava o coro de cima, hoje a sobrepujar a entrada axial. O revestimento parietal aqui em São Bento não tem a sofisticação de Santa Ana que embora uniforme na cor (azul e branco) é rico nas formas geométricas combinadas de vários elementos individuais, num enxaquetado muito utilizado nas reformas barrocas de muitos outros mosteiros. No entanto, a capela-mor da igreja de São Bento é notável. Painéis historiados com cenas da vida do santo revestem as paredes, encastrados em tapete azulejado de desenho vegetalista transformado em barras no contorno de janelões e portas, numa combinação perfeita com o forro da capela e camarim. Esta obra e esquema repetiu-se em Santa Ana, com maior amplitude e luminosidade, feita no mesmo período e mão, Manuel de Azevedo, no princípio de 700¹⁶. O encontro entre madeira e cerâmica faz-se por uma cimalha lavrada, que se repete nos apoios do coro sobradado (ficaram alguns apontamentos). O mais recente retábulo, barroco nacional, desenvolve-se naturalmente em arquivoltas e colunas esculpidas numa talha gorda, onde os *putti* e videiras sobressaem, ao contrário do que acontece em Santa Ana, onde o mesmo esquema decorativo é mais discreto. A banqueta saliente serve de cenário a um sacrário que não tem a elegância da circular de Santa Ana.

¹⁴ AMVC. *Luis Figueiredo da Guerra*, código 762, fl. 58v; PINHO, 2010: I, 293.

¹⁵ CARDONA, 2004: III, 17; PINHO, 2010: I, 303.

¹⁶ NOÉ, 2005: 148; PINHO, 2010: I, 332.

10. IGUALAR E SEPARAR

A comparação entre as naves de ambos os mosteiros é decisiva para a avaliação. Em São Bento a padronagem do revestimento parietal é um vulgar tapete policromado cujo desenho demasiado grande e complicado torna confusa a leitura dos altares, até porque estes resultaram de reaproveitamentos de diversas qualidades de talha. Dos altares primitivos não temos descrição física, mas seriam dois e colocados de través, lateralmente ao arco cruzeiro (curiosamente em São Bento de Avé Maria, no Porto, o esquema inicial foi o mesmo). No século XVII, a igreja de São Bento de Viana aumentou no sentido do comprimento e um novo arco cruzeiro alargou e ampliou o templo. Dos altares travessos, só um permaneceu nessa posição até à renovação do século XVIII, emparelhando posteriormente com os três já barrocos e da campanha anterior. Não encontrámos, no entanto, nesta recombinação, vestígios de algo que remeta para a primeira escola maneirista do retábulo-mor. Santa Ana vendeu o velho e fez de novo e o que existe é também de uma terceira e última campanha no século XVIII, a que foi retirado o painel pintado por Francisco Lima¹⁷. Um outro retábulo anterior, com uma composição de tecido pintado e talha, da autoria de Manuel Gomes, sumiu-se também por entre as obras sucessivas que nunca satisfaziam as senhoras de Santa Ana. Nesta cabeceira e do lado sul existiu um painel de azulejo que pouca informação deixou na documentação, apenas que prefigurava a figura de Cristo. Os cadeirais da nave em ambos os mosteiros têm a mesma disposição ao longo das paredes norte e sul. Aqui pode aventar-se a hipótese de Santa Ana ter copiado a ideia de São Bento, porque o desta igreja é anterior, facilmente identificado como da fábrica primitiva, maneirista. Representam-se os meses do ano em que faltam já alguns. Não se sabe o autor. O de Santa Ana é de fino entalhamento e pictoricamente desenvolve as obras de Misericórdia. Pode ter saído da mão de Santiago Gonçalves¹⁸, autor das estalas do coro. Pondo em comparação os púlpitos se apesar das notórias diferenças nenhum sai a perder; embora ganhe em imponência o de Santa Ana, idêntico a muitos outros por todo o Alto Minho, é composto por duas peças: uma base em caixa lavrada, coberta por baldaquino rematado por escultura de vulto redondo e terminado na extremidade inferior por uma peanha de pedra. O acesso é interior à parede (como no Porto). Está colocado do lado da Epístola por necessidades logísticas. O de São Bento, proporcionado ao espaço, apresenta-se na forma canónica e é uma jóia do joanino, provavelmente da autoria de Manuel Conde¹⁹ que fez alguns dos entalhamentos nos cadeirais dos

¹⁷ ADB. *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo*, Livros de receita e despesa, liv. 51, fl.78; ROCHA, 1999: 295; PINHO, 2010: I, 232.

¹⁸ ADB. *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo*, Livros de receita e despesa, liv. 50, fls. 24-25; NOÉ, 2005: 154.

¹⁹ ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo*, Receita e despesa, liv. 228, fl. 25; PINHO, 2010: II, 464-467.

coros. Este púlpito deve ter sido dos últimos elementos a concluir, porque a cobertura azulejar das paredes não o previu, como aconteceu com os altares e o acesso foi engenhosamente escavado na parede. As naves de ambas as igrejas foram cobertas por caixotões pintados; Santa Ana, com iconografia mariana, foi acrescentada pelo menos duas vezes devido a sucessivas alterações às dimensões da igreja, enquanto que em São Bento os elementos pictóricos seguem a vida do santo orago e foram executados de uma só vez no século XVI.

Com os coros ficaríamos com a total perspectiva das diferenças entre as duas comunidades. Eram a imagem de marca dos mosteiros e foram quase sempre aqueles sobre os quais recaiu a falta de senso, quando transformaram as igrejas monacais femininas em instituições paroquiais. Inevitavelmente os portais axiais destruíram o que de melhor se fez sobretudo do período reformista em diante. Por sorte ficaram os de Santa Ana, porque a construção se vocacionou para utilização particular. Embora algo modificados devido às aberturas arquitectónicas que tornaram a fachada do edifício simétrica e uniforme, o fundamental permaneceu. Faltam-lhe os elementos característicos da clausura, as grades. Começou por ter um só coro, térreo, resguardado por uma enorme grade embutida num imenso arco gótico e depois deste retirado manteve um só piso até finais do século XVII quando outro foi sobradado (daqui as sucessivas alterações da cobertura da nave). No século XVIII fixaram-se as decorações em grinalda que escorrem pelos intervalos dos vãos abertos em cima e em baixo. São Bento teve logo de início dois coros sobrepostos que não foram objecto de beneficiação, mas sim de edificação, ou seja, as monjas de São Bento não tinham dinheiro para ornamentos e construíam na medida das possibilidades. As necessidades estruturais consumiam tudo, porque o local escolhido foi o pior possível, junto do rio que periodicamente inundava todo o edifício e paredes-meias com o estaleiro naval, tornando a habitação insalubre e húmida, transformando a médio prazo a construção de má qualidade num montão esponjoso de caliças e madeiramentos podres. Deste modo, tardiamente, o coro de baixo teve soalho e um cadeiral simplesmente esculpido adossava-se a paredes caiadas. O sobradado teve maior número de assentos, de inferior qualidade e talvez por isso mais numerosos. Todos eram articulados, caindo por terra a hipótese de o cadeiral da nave ter sido transferido daqui. No entanto há um pormenor que sobressai: a existência de dois órgãos fixos em apoios de pedra, um em cada piso, indicando a importância que as beneditinas «pobres» davam à música (era uma das prendas que equivalia ao dote). Em Santa Ana o órgão que lá ficou parece-se com um móvel de luxo, de resto condizente com a decoração dos cadeirais que restam (em *chinoiserie*). Dos tectos dos coros há apenas indícios. Em Santa Ana nenhum é original. O de baixo veio do refeitório, e tal como o púlpito que lá esteve (no refeitório) actualmente a estagiar num museu de Lisboa, saiu da mão de Miguel

Coelho²⁰. O anterior era pintado de acordo com o mobiliário (cadeiral). No coro de cima o entalhamento era marmoreado e hoje está raspado, decisões estranhas! De São Bento nada se sabe, apenas que eram ambos entalhados. Provavelmente o que hoje forra a entrada da igreja é parte do original. No de cima os caixotões são de muito inferior qualidade, embora sigam palidamente o desenho do piso inferior. Não sabemos se será o original porque a venda dele e do cadeiral passou por várias fases de tira e põe até ser definitivamente vendido para o Porto onde lhe perdemos o rasto por completo, apesar das infrutíferas buscas.

Com os «arranjos» posteriores à extinção cometeram-se outras barbaridades para além da demolição dos coros. Em São Bento a nave foi igualmente intervenionada, eliminando-se o acesso pelo portal lateral, que felizmente lá ficou, embora entaipado pelo interior. Removeram o guarda-vento onde ondularia um enorme e pesado reposteiro com as armas de São Bento bordadas e substituíram-no por um altar neoclássico, que destoa em absoluto, encaixado no emolduramento azulejar da porta primitiva. A entrada passou a ser axial como se pode constatar. Em Santa Ana há apenas a assinalar pequenas alterações, fruto de modificações pontuais, como o lugar espacial de algumas peças de mobiliário religioso e a supressão de parte dos cadeirais. O revestimento parietal manteve-se embora se note a diferença entre o azulejo manual e o de fábrica (série). O contraste, entre ambas as igrejas, proporciona a visão entre o remediado, necessário e possível e o sentido do poder e do diletantismo.

11. APOGEU E DECLÍNIO

Depois do Barroco que operou verdadeiras revoluções estética e artística nos interiores das instituições religiosas e permitiu às religiosas de todos os mosteiros darem largas à imaginação, consoante as posses financeiras, veio uma última e derradeira fase, a da consolidação estrutural. A magnificência exterior assentou nas premissas do contido militar da arte da pedra lavrada, nos remates e símbolos do poder, mas acabou também por ser fugaz, por tardia. Nos meados do século XVIII, o iluminismo arquitectónico traduziu-se na sofisticação da construção, que eliminou o excesso barroco nas linhas direitas dos entablamentos, frisos e cornijas, interrompidos pela cadência uniforme das aberturas, nos lavrados das arcaturas e balcões, na elegância das linhas rectas a proporcionar leituras sem recorrência a artifícios. Foi deste modo que se iniciou o opúsculo dos deuses nos dois mosteiros beneditinos de Viana. A marca de Vilalobos deu a ambos a perspectiva visual que finalmente os havia de irmanar. Ambos beneficiaram desta nova concepção artística nos mesmos locais. Santa Ana encerrou o seu perímetro a poente com uma imponente fachada

²⁰ ADB. *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo*, Livros de receita e despesa, liv. 48, fl. 65; ROCHA, 1999: 294; PINHO, 2010: II, 440.

de pedra aparelhada, numa horizontalidade ritmada por entablamentos simétricos, interrompida por um formidável arco de entrada sobre o qual assentaram todos os símbolos do poder terreno e celeste (não faltando a lembrança do seu primeiro patrono, D. Manuel) e terminando num elegante mirante. A portaria de dentro metamorfoseou-se com novas cornijas. A empena sul da igreja foi refeita pela enésima vez, numa combinação heterogénea de elementos antigos e modernos. A velha torre manuelina, que havia escorregado para poente, manteve-se sempre ao alcance do lucernário, aquando das várias modificações do espaço. São Bento, que sempre lutara para se manter de pé, recebia também o prémio da sua tenacidade numa imensa frontaria onde se incorporava o mirante. A obra firmou-se, finalmente, numa infra-estrutura pétreia, que havia de lhe assegurar um futuro quase infinito, face às investidas dos elementos da natureza. Mas esta garantia não foi suficiente perante a inconstância humana que, tal como em épocas anteriores e sempre, não se compadece com os marcos da genialidade. Foram estas estruturas que pareceram eternas às monjas de São Bento, as primeiras a tombar em 1891. Como irmãos finalmente reconciliados, Santa Ana seguiu-lhe os passos em 1895, ambos pela mesma causa: necessidades urbanísticas...

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

ADB. *Fundo Monástico, Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo*, Livros de receita e despesa 1641-1836. PT/UM-ADB/MON/MSAVC.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo

AMVC. *Luis Figueiredo da Guerra* (arquivo não classificado).

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo*, Receita e despesa (lvs. 205-253).

ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo*, Inventários (lvs. 195-196).

ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo*, Livros de obras (lvs. 270-271).

ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo*, Documentos vários (mç. 3-27).

Fontes impressas

TOMÁS, Frei Leão de São, OBS (1651). *Benedictina Lusitana*. Coimbra: na oficina de Manuel de Carvalho, tomo 2.

VILLAS BOAS, padre António Machado (1724). *Catalogo de Varoens Illustres en Santidade, Letras e Armas da mui notavel villa de Vianna do Lima*. Viana do Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto.

BIBLIOGRAFIA

- CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela (1990). *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença.
- CARDONA, Paula Cristina Machado (2004). *A actividade mecenática das confrarias nas matrizes do Vale do Lima nos séculos XVII a XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. 4 vols.
- MACHADO, A. de Sousa (1971). *Conventos que Viana teve e já não tem*. «Roteiro de Viana». Viana. 18.
- MACHADO, A. de Sousa (1972). *Conventos que Viana teve e já não tem*. «Roteiro de Viana». Viana. 19.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes (1994). *Os mareantes de Viana e a construção da Atlantidade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes (2005). *A história de Viana do Castelo em dispersos*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, vol. 1.
- NOÉ, Paula (2005). *Os mestres da Sé revisitados no Mosteiro de Santa Ana*. «Monumentos». 22 (março) 144-165.
- PEIXOTO, António Maranhão (2007). *O litoral e a cidade: matizações cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal.
- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2010). *Os mosteiros beneditinos femininos de Viana do Castelo: arquitectura monástica dos séculos XVI ao XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. 2 vols.
- REIS, António Matos (1989). *Lopes, uma família de artistas em Portugal e na Galiza*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Separata de «Revista de Guimarães». 96 (jan.-dez.).
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1999). *Obras no Convento de Santa Ana de Viana do Castelo (séculos XVII-XVIII). I - os autores dos projectos de intervenção*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3218.pdf>>.